



E agora museus?

No todo das funções museológicas e do seu cumprimento, as questões da gestão museológica e dos recursos humanos impõem-se como as preocupações fundamentais na conjuntura actual, de forma a conseguirmos colocar os museus na agenda política e social. Enquanto entidade especializada e independente, pretendemos promover a discussão dos assuntos da actualidade museológica, com vista a que as tomadas de decisão do ICOM Portugal possam resultar de uma visão alargada dos profissionais de diferentes museus que a compõem.

A maioria dos museus em Portugal, com especial destaque para os dependentes das finanças do Estado central ou local, são instituições pobres sem recursos para renovar as suas exposições, corpo técnico e campanhas de divulgação para a captação de novos públicos e promoção da própria instituição. Para além desta situação, nos últimos anos, muitos museus foram avaliados mais pelo número de visitantes do que pela qualidade das suas acções, sendo notório o esforço dos profissionais dos museus na criatividade, no estudo e na conservação dos mais variados acervos que representam a nossa identidade. Na grande maioria os “museus bons” são os geradores de receita e os “museus maus” os que pouca receita geram, logo incómodos para os decisores políticos.

No momento em que se fala, unilateralmente por parte do Governo, da criação de um eixo de museus com autonomia para a zona Belém/Ajuda, continuamos sem saber que modelo de gestão está pensado para esta zona, nomeadamente se se trata de uma unidade de direito privado, qual o grau de autonomia de cada unidade, se são mantidas as equipas técnicas? Os profissionais dos museus continuam agentes do Estado?

No caso deste projecto avançar a DGPC perde a “jóia da coroa” em termos de receita - Mosteiro do Jerónimos e Torre de Belém - que permitem o equilíbrio financeiro do restante conjunto. O que está pensado como compensação desta situação? A Secretaria de Estado aumenta o financiamento dos outros museus?

A avançar um modelo destes provavelmente haverá uma revisão da orgânica da Presidência do Conselho de Ministros na área da Cultura, criando uma nova DG ou Instituto Público só para aquela zona. Tal situação poderá trazer vantagens financeiras para os museus e monumentos mas qual a autonomia de cada museu neste novo enquadramento e o trabalho da sua equipas.

Os museus do Estado Central deixaram de ter qualquer grau de autonomia, deixaram de ter mapas de pessoal e orçamentos próprios, deixaram até de possuir número de contribuinte, sendo-lhes impossível a adjudicação directa de quaisquer serviços. As direcções regionais de cultura passaram a definir a política de vários museus, passando em vários casos o director ao lugar de coordenador e a ter que seguir dois museus com realidades distintas e geograficamente distantes. Estranha situação para os museus do Estado quando obriga os museus municipais a seguir a Lei-Quadro de Museus Portugueses, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, que impõe um corpo técnico, com director, etc.



E agora como novo orçamento para 2015?

Aparentemente a dotação orçamental para a Cultura, na proposta apresentada pelo Governo, é de 219,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 20,4 milhões em relação ao Orçamento de Estado anterior. Mas "só" o Centro Cultural de Belém, agora parte integrante deste orçamento, consome 15 dos 20 milhões do suposto acréscimo.

Continuamos pois sem alternativas para os graves problemas da realidade museológica nacional e sem um debate alargado com os intervenientes que importa ouvir.

José Ribeiro

Presidente do ICOM PORTUGAL